

Contribuição ao Documento do VI Congresso Interno da Fiocruz

1. INTRODUÇÃO E PROPOSTAS PRELIMINARES

As primeiras deliberações dos trabalhadores da EPSJV, produto das Assembléias da Unidade voltadas para a discussão do VI Congresso Interno da Fiocruz dizem respeito ao caráter democrático e à possibilidade de aprofundamento da qualidade técnica e política que devem reger o trabalho dos Congressos Internos da Fiocruz. São documentos cujo objetivo é ampliar e qualificar o sentido crítico do debate e nesse sentido são encaminhados à Comissão do Congresso. Assim, devido à sua qualidade política e técnica, posições e análises do Documento da ASFOC foram incorporadas às sugestões apresentadas pelo conjunto dos trabalhadores da EPSJV.

Em linha com posições defendidas por alguns dos Diretores de unidades durante as reuniões do CD da Fiocruz dos dias 29 e 30 de Julho de 2010, os trabalhadores da EPSJV, de acordo com deliberações em assembléias, propõem o seguinte:

PROPOSTA: • A incorporação do Documento elaborado pela ASFOC pela Comissão do Congresso Interno, dadas as posições críticas relevantes colocadas em pauta para o debate.

PROPOSTA:• Considerando ser compromisso da ASFOC-SN realizar e apresentar análises concretas e propostas objetivas aos Congressos Internos da Fiocruz, a Plenária do VI Congresso delibera pela incorporação dos documentos pertinentes, elaborados pela ASFOC-SN, como conteúdos de referência para as Comissões Organizadoras de futuros Congressos Internos.

A respeito da validade / escopo temporal do PQ, duas propostas apareceram no referido coletivo de trabalhadores da EPSJV:

PROPOSTA 1:• Realização de uma Assembléia Extraordinária do Congresso Interno da Fiocruz, impreterivelmente durante o primeiro semestre de 2013, com vistas a referendar ou alterar o PQ vigente;

ou, alternativamente:

PROPOSTA 2: • O PQ deve ser, extraordinariamente, Trienal, com proposições que terminem no primeiro ano de gestão da próxima presidência eleita, como é de praxe

A respeito do período da agenda da Plenária do Congresso, considerando o tempo disponível para a preparação e para a discussão do PQ, os trabalhadores da EPSJV deliberaram pela inclusão da seguinte:

PROPOSTA: • O PQ deverá ser debatido em Plenária Extraordinária a ser convocada em novembro deste ano, para discutir exclusivamente este ponto.

2. PROPOSTAS DE EMENDAS AO DOCUMENTO-GUIA

1. Apresentação

PROPOSTA DE EXCLUSÃO: O coletivo de trabalhadores da EPSJV propõe a exclusão completa da Apresentação já que ela contém afirmações que enquadram toda a lógica posterior do documento guia, afirmações estas que são contestadas pelo coletivo nos itens posteriores do documento.

PROPOSTA DE INCLUSÃO:

Prévio a linha 1, o coletivo propõe a inclusão de um texto conceitual SOBRE O PAPEL DO ESTADO:

“PAPEL DO ESTADO

Na maré montante das políticas neoliberais, que giravam sempre em torno de uma concepção de “Estado mínimo”, reduzindo o alcance e a importância da esfera pública, em favor das empresas privadas e do mercado como *mão invisível* por si só capaz de encaminhar e resolver os problemas do país, a importância estratégica das Instituições públicas de peso foi diminuída, quando não diretamente ameaçada.

Herança dessa diminuição do papel de intervenção e regulação do Estado, o modelo de *contratualização*, no original inglês *contracting out*, se caracteriza por atividades que são dever do Estado, mas podem ser desenvolvidas por empresas privadas. Essa forma contratual foi adotada por países que sofreram reformas administrativas de cunho neoliberal no aparelho de Estado. É um processo que tem sido corretamente identificado com um tipo de Estado chamado *Estado Mínimo Comprador*, que pode produzir não apenas uma administração enjaulada, como também, alerta Santos (2000) se transformar no modelo conhecido como *Modelo Sem Cabeça*, no original inglês *Headless Chicken*, na sugestiva imagem da *Galinha Sem Cabeça*. Esse modelo contratual, que terceiriza atividades do Estado e se quer comprador em escala mínima, não tem capacidade de fiscalizar e estabelecer parâmetros necessários de regulação.

Assim, ressalta o referido autor, o que se apresenta como *modelo de eficiência gerencial e economia de recursos públicos* apresenta dois problemas importantes: uma espécie de engessamento do sistema, que pode ser acompanhado de anomia social, tirando a iniciativa dos agentes e sujeitos envolvidos no processo. A lógica desse modelo neoliberal implica na formação de consensos que o apóiem, tendo como meta promover mudanças de comportamento no indivíduo e na sociedade. Desdobrada, essa lógica do modelo afina a defesa da privatização, levando à defesa do uso de recursos públicos, oriundos do Estado, justo para financiar projetos que serão executados por empresas privadas. Levando um pouco além a lógica do modelo, fica evidente que os gestores públicos devem agir nos parâmetros gerenciais das empresas privadas. “*O que acontece é que, com essa mudança, a relação entre a entidade e o seu usuário também muda. E aí ele deixa de ser um simples cidadão, passando a ser cliente daquela instituição, ou cidadão usuário, o que traduz uma relação privatista da relação do cidadão com o Estado*”. (Santos, 2000, p.14)

Com a recente crise do capital financeiro, o papel do Estado na sociedade é repensado, em certa medida fortalecendo uma retomada do ideário capitalista desenvolvimentista. O limite dessa retomada pode ser percebido nas marcas imprimidas no processo pela herança neoliberal. Daí resultando o que hoje se apresenta no centro do debate, na forma de uma das correntes hegemônicas: *a ideia de Estado forte que se expande através das parcerias público-privado*, como nos ajuda a entender Harvey. Bastante criticada, a lógica desse processo pode ser assim resumida, lembrando aqui Francisco de Oliveira citando Celso Furtado: “*O Estado entra com a socialização das perdas e o privado entra com a privatização dos lucros*”. É a lógica, muito astuciosa e articulada, que se resume em *prejuízos públicos e benefícios privados*. Ou seja: trata-se de uma relação desigual, que beneficia os beneficiados de sempre e acentua a dívida do Estado para com a população do país, na forma de ampliação da acumulação de capital e aumento das desigualdades sociais.

Num cenário de restrições ao financiamento público do setor saúde, as parcerias público-privado têm se apresentado aos municípios e estados brasileiros como um modo de execução mais ágil das políticas, possibilitando a flexibilização de aspectos da gestão pública, como a gestão do trabalho, e supostamente gerando condições para responder com mais rapidez às demandas de saúde da população brasileira. Porém, como sabemos, o que parece facilitar as ações públicas na medida em que se pode utilizar aparato privado já construído faz com que o Estado financie o sistema privado, favorecendo a acumulação de capital e deixando de investir na capacidade própria de gestão e execução de serviços e ações, sem que, em geral, se obtenha melhores condições de saúde da população.

É bom referendar que papel do Estado a Fiocruz defende e ajuda a construir visto ser uma das suas instituições. Neste sentido, e à luz do acima referido, a plenária do VI Congresso Interno da Fiocruz declara:

● Reafirmar a defesa de um Estado laico, democrático, com fortalecimento de instituições públicas de Saúde, CT e Educação qualificadas voltadas à Saúde como Direito

2. Uma proposta de país

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO: Substituição do texto a partir da vírgula após a palavra “alcançá-los” na linha 9 até a linha 99 inclusive pelo seguinte:

“Tendo em vista que o marco do ano 2022 está referenciado no documento o “Brasil 2022 – Decida o seu Futuro”, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em que são afirmadas a importância estratégica, metas, ações e desafios do setor saúde, é necessário trazer à tona o que orienta o documento.

O texto inicial que referencia o conjunto de áreas a serem trabalhadas (saúde, educação, previdência, desenvolvimento social, cultura, mulheres, igualdade racial, esportes, participação

social e juventude) frisa que “o Brasil daqui até 2022 terá, de um lado, de ampliar e aprofundar suas políticas domésticas de redução de desigualdades, de toda ordem, e de acesso aos bens públicos - educação, saúde, saneamento, habitação, informação – através, inclusive, da expansão do emprego e de sua proteção. Simultaneamente, deverá ampliar seus programas de cooperação social, em especial com os países vizinhos e da África, e contribuir do ponto de vista financeiro e técnico para o fortalecimento de sua infra-estrutura, base indispensável de seu desenvolvimento e da redução da pobreza”. (SAE, 2010).

O documento “Brasil 2022” expõe de forma clara a posição do Governo Federal em relação à dimensão política a que nos referimos quando analisa o futuro cenário mundial. Para a SAE, “o capitalismo continuará a ser a característica econômica estrutural do sistema mundial daqui até 2022. Variará, todavia, de país para país, o grau de participação do Estado na economia seja em termos de regulamentação das atividades produtivas e do consumo seja através de sua atividade empresarial de forma direta ou associada ao capital privado. A extensão do papel do Estado é a grande questão que surgiu com a crise de 2008, em que ainda está o mundo imerso, resultado da aplicação extremada da ideologia neoliberal, crise esta que clama por uma solução”. (Idem)

Ainda segundo o documento da SAE, “a expansão das atividades industriais com base nas teorias liberais relativas à melhor organização da produção e do consumo, a partir do dogma do livre jogo das forças de mercado, levou, de um lado, a um desperdício enorme de recursos naturais e de vidas humanas e, de outro lado, à convicção arraigada de que cada indivíduo (que detenha poder de compra) tem o direito de escolher o que consumir como consumir, onde consumir. Essa evolução industrial-energética e essa filosofia individualista levaram à crise ambiental que hoje se vive, cuja natureza é política, econômica e tecnológica”. (Idem)

O documento “Brasil 2022” diagnostica, ainda, que “a partir da hegemonia da filosofia e das políticas neoliberais, a qual se inicia com os governos de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher, houve um desmonte do Estado do Bem-Estar, através de uma redução dos programas sociais, de políticas tributárias ostensiva e descaradamente favoráveis aos mais ricos, de um processo de desregulamentação da atividade econômica das empresas, de um esforço de liberalização do mercado de trabalho que teria de levar, necessariamente, a um agravamento das disparidades sociais em termos de renda e de riqueza dentro de cada país e entre os países”. (Idem)

A Fiocruz ao analisar o contexto 2011–2022, no qual a Instituição deverá desenvolver sua missão deverá estar atenta e articulada com setores responsáveis por políticas públicas em áreas outras, além da saúde, como a educação; a ciência e tecnologia, na medida em que o conceito de saúde ampliada requer isto.

3. “Tendências e Desafios para a Saúde”

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO: Substituição do capítulo, desde a linha 102 até a linha 280, inclusive, pelo seguinte:

“Se não há nenhuma dúvida de que o setor saúde passou, nas últimas décadas (portanto, este não é um dado novo), por um processo de valorização de sua dimensão econômica e conseqüentemente teve a sua importância para o desenvolvimento reconhecido nas políticas públicas, por outro lado este fato não sustenta a transferência da lógica de superação dos problemas relativos ao setor para o estreito âmbito das oportunidades econômicas. Isto porque esta lógica, eleva ainda mais o risco – já existente – de introduzir a Fiocruz definitivamente como uma “oportunidade de negócio” no “mercado de saúde” de forma subordinada à sua dinâmica e interesses.

Alguns dados recentes (extraídos do Relatório Mundial da Saúde – OMS, 2009 e do PNUD-IDH) ajudam a entender a realidade demográfica e sanitária brasileira na qual uma Instituição Pública Estratégica de Estado como a Fiocruz precisa se debruçar no sentido de traçar suas metas.

Condições Econômicas, Demográficas e Sanitárias

O Brasil teve, em 2007, um PIB de 9.370 dólares per capita, o que o situa em 5º lugar entre os 10 países latinos da Região do UNASUR (União das Nações Sulamericanas). Entretanto, o crescimento do PIB brasileiro, em relação ao ano de 2000, de 37%, foi o terceiro menor, apenas superior aos de Bolívia e Paraguai. O Brasil também ocupa o quinto lugar na região quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abaixo de Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela e acima de Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Bolívia.

Não imune às mudanças nas tendências demográficas mundiais, a pirâmide demográfica no Brasil, entretanto, teve uma variação relativamente menor quando comparado com outros países da Região ou do mundo. Assim, em 2007, apenas 9% da população brasileira tinha mais de 60 anos de idade, percentual bem menor que os de Uruguai, Argentina e Chile e igual ou bem semelhante ao de Equador, Colômbia, Peru e Venezuela.

Vale notar que em países como o Canadá, Portugal ou Suécia, a população maior de 60 anos alcança, respectivamente, 19, 22 e 24% das suas respectivas populações. A taxa de crescimento populacional do Brasil na década 1997 – 2007 foi de 1.4, apenas inferior às de Bolívia, Paraguai, Venezuela e Colômbia, registrando a menor redução relativa da década anterior (1987-1997) de todos os países da Região. Observe-se que a taxa de crescimento populacional do Brasil ainda era, em 2007, superior à média do continente (1.2) e do mundo (1.3).

Esta breve análise significa, muito provavelmente, que as mudanças da pirâmide demográfica no Brasil serão bem mais lentas que no resto do continente. Em consequência, estima-se que - apesar do previsível aumento de patologias e problemas de saúde característicos do envelhecimento de nossa população -, a transformação do perfil epidemiológico do país será bem mais lenta do que o previsto por algumas análises, com uma carga de doença ainda bem significativa na infância e na adolescência.

Esta análise deve considerar, ainda, que o Brasil é um dos países com maior grau de desigualdades sociais e que os indicadores acima têm um reflexo particularmente destacado e carente de urgente

atenção e solução, no significativo número de populações urbanas e rurais vulneráveis que persistem no país.

Neste sentido, devem ser considerados alguns indicadores globais de saúde e doença na população brasileira, que demonstram que o sistema de saúde e, em particular, a ciência a tecnologia e a inovação na saúde ainda têm uma importante dívida pendente com a solução de alguns problemas de saúde que têm caracterizado a história e as competências da Fiocruz nos últimos 110 anos:

- 2,2% das crianças menores de cinco anos de idade estão abaixo do peso
- 22 por mil crianças nascidas vivas, morrem antes de atingir os cinco anos de idade
- 110 em cada cem mil mães morrem durante a gravidez ou parto
- 510 em cada cem mil adultos são portadores do vírus HIV
- 28 % dos pacientes de tuberculose não têm sucesso no tratamento
- 9% da população ainda não tem acesso à água potável e 23% a saneamento básico.

Assim, ainda temos taxas de mortalidade neonatal de 13 por mil e infantil (até um ano) de 20 por mil, ambas acima da média continental.

Apesar do forte peso que têm as doenças não transmissíveis na carga de doença (50% dos anos de vida perdidos, em 2004) e as lesões externas (20%), chama a atenção que ainda 30% dos anos de vida perdidos se deviam às doenças transmissíveis, um dos maiores percentuais da Região e significativamente superior às dos países mais desenvolvidos (social ou economicamente) como Canadá, Cuba e EUA, onde estas doenças representam menos de 10%.

Desta forma, não é de estranhar o enorme peso que têm as diarreias e as pneumonias como causas de morte em crianças menores de 5 anos, alcançando, em conjunto, cerca de 37% do total, um dos mais altos da Região e significativamente superior a media continental. Some-se a isto uma das mais altas prevalências de tuberculose na região, além do elevado endemismo da Malaria e outras doenças transmitidas por vetores entre tantas outras doenças negligenciadas em populações negligenciadas.

A FIOCRUZ COMO INSTITUIÇÃO ESTRATÉGICA DE ESTADO

A Fiocruz é a principal instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde do Brasil e uma das mais importantes do mundo. Seu papel está profundamente ligado à compreensão dos principais problemas de saúde que afligem a população do País, assim como à procura das melhores soluções para estes problemas e ao compromisso com a incorporação destas soluções por parte do Sistema Único de Saúde.

Para o cumprimento do seu papel, a Fiocruz está alicerçada em dois pilares conceituais básicos:

1º Na compreensão de que os problemas de saúde são determinados por uma complexa interação entre componentes sócio-políticos, econômicos, biológicos e ambientais que incidem tanto na exposição a riscos de ocorrência de agravos e doenças específicas quanto no acesso das populações aos serviços de saúde.

2º Na consciência de que a priorização da situação sanitária não deve considerar apenas o gradiente quantitativo da carga de doença nem o perfil epidemiológico da população como um todo, mas, sobretudo, as graves iniquidades sociais existentes, tanto na exposição aos riscos e agravos, quanto no acesso a serviços e condições de saúde que promovam, previnam ou permitam a recuperação destes agravos.

A atuação da Fiocruz como Instituição estratégica de Estado se dá em um contexto que deve considerar as reais demandas do SUS e do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no Brasil, tomando como base um perfil epidemiológico hoje caracterizado por:

- a) Persistência de agravos à saúde cuja investigação e solução fortaleceram, durante o último século, a Fiocruz, e que atingem particularmente as populações mais vulneráveis, devido à sua relativa marginalização social e econômica;
- b) O agravamento de algumas patologias transmissíveis, em decorrência da urbanização desordenada, das profundas transformações na ocupação do espaço rural e da síndrome de imunodeficiência adquirida;
- c) O incremento absoluto e relativo das doenças crônico-degenerativas, como consequência das mudanças demográficas devidas ao aumento da expectativa de vida;
- d) O agravamento das patologias por causas externas, particularmente os acidentes de trânsito e as demais formas de violência, hoje responsáveis por 20% dos anos de vida perdidos;
- e) Falta de acesso aos serviços de saúde, devido ao fato de que amplos setores da população ainda se encontram marginalizados do pleno exercício do seu direito constitucional à saúde, o que torna populações já vulneráveis - quanto à sua exposição a riscos sócio-ambientais e biológicos - ainda mais vulneráveis devido à carência de um acesso oportuno e eficaz às ações integradas de promoção, prevenção e proteção e recuperação da saúde.

Neste sentido, as diversas esferas de gestão do SUS vivem a contradição entre a universalização das equipes de atenção à saúde da família - reconhecida como única solução sustentável de longo prazo para assegurar a qualidade de vida cidadã - e o fortalecimento de serviços médico-hospitalares como mecanismo para reduzir o enorme vácuo que persiste entre a demanda e a disponibilidade pública destes serviços. Essa contradição acentua-se devido à crônica escassez de suficiente financiamento capaz de manter e expandir o sistema de atenção integrada, distribuído equitativamente na comunidade.

- Financiamento do sistema de saúde marcado pela escassez de recursos financeiros, também causada pela falta de regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 29 e pela constante elevação dos custos em saúde.

- Dependência tecnológica e industrial na produção de produtos e insumos para a saúde.
- A escassa avaliação e regulação da incorporação de tecnologias de saúde, abrindo as portas para uma forte intervenção mercadológica no SUS.

DA DIALÉTICA DO PAPEL INSTITUCIONAL DA FIOCRUZ

Três tipos de debates têm predominado nas discussões relativas à inserção institucional da Fiocruz frente às demandas do Sistema Único de Saúde e da área de Ciência e Tecnologia. É inerente à missão da Fiocruz a síntese destes três grandes pares dialéticos:

1. A Fiocruz faz parte da instância federal do SUS, onde são definidas as políticas e normas federais relativas ao setor saúde. Apesar da Fiocruz não ser responsável pela implementação das propostas técnicas e científicas por ela desenvolvidas, o seu compromisso com esta implementação é parte da sua razão de ser, particularmente quando ela se define como “Instituição Estratégica de Estado”. Assim, cabe a ela não apenas elaborar soluções para os grandes problemas de saúde do País, mas somar esforços para que estas soluções sejam implementadas.

Demandas e capacidades, consolidadas na proposta estratégica da Fiocruz, devem ser produto de uma síntese dialética entre a sensibilidade das unidades reguladoras e coordenadoras do Ministério da Saúde de perceber e registrar os principais problemas de saúde que afetam a população - e suas prováveis causas - com a capacidade analítica e interpretativa das unidades da Fiocruz, nos seus diversos campos de atuação. O amplo, pleno e intenso esforço permanente para resolver esta contradição dialética devem constituir a principal estratégia da Fiocruz para o cumprimento da sua missão.

2. A Fiocruz é uma instituição pública estratégica de Estado para a saúde. A grande riqueza e “vantagem comparativa” sobre outras instituições da área de Ciência e Tecnologia na saúde, sejam públicas ou privadas, reside na sua capacidade de implementar serviços de ensino; de diagnóstico laboratorial; de análise da qualidade de produtos e de ambientes; de assistência clínica; de informação e comunicação em saúde; de produção industrial de insumos estratégicos e de assessoramento e cooperação técnica e, ao mesmo tempo, gerar conhecimento científico nas mais diversas áreas e disciplinas do conhecimento, que vão do submolecular até o macrossocial. Serviços e investigações não só não são contraditórios, mas se nutrem mutuamente. A missão da Fiocruz, de encontrar e disseminar soluções para os principais problemas de saúde do País é, justamente, produto dessa interação e base da “vantagem comparativa” com a academia, geralmente muito mais longe da prática dos serviços e das unidades executoras do SUS, com capacidade investigativa limitada.

3. Uma permanente contradição tem perpassado a história da pesquisa na Instituição entre a assim chamada liberdade de criatividade da pesquisa, particularmente nos campos da investigação dita básica, fundamental ou nas fronteiras do conhecimento científico e a direcionalidade ou focalidade da investigação para a solução de problemas específicos.

Na realidade, a contradição encontra-se num nível acima. Ela se origina na própria contradição do sistema nacional de ciência e tecnologia que, por um lado, declara nos seus documentos de política setorial, o papel da C.T & I no desenvolvimento soberano e autônomo da Nação brasileira, porém por outro lado, avalia a produtividade dos pesquisadores e, conseqüentemente, a sua remuneração suplementar mediante bolsas de pesquisador, mediante indicadores exclusivamente acadêmicos, medidos por pares internacionais (como o são as comissões editoras das revistas indexadas internacionais), sem atribuir nenhum peso ao impacto social ou econômico do resultado científico obtido pela pesquisa. Além de afastar o pesquisador da priorização do seu objeto de pesquisa pelo seu impacto na saúde da população, mesmo que em longo prazo, esta política inibe o desenvolvimento de pesquisas mais complexas, de duração plurianual.

Cabe a Fiocruz participar mais ativamente neste debate junto ao sistema científico-tecnológico do país, criando, simultaneamente, mecanismos alternativos de estímulo aos seus pesquisadores com base em critérios mais bem alinhados com o seu plano estratégico institucional”.

4. Oportunidade e ameaças

PROPOSTA DE EXCLUSÃO: Do capítulo completo desde a linha 284 até a linha 450, inclusive. (Para substituir este texto, é proposta a INCLUSÃO do texto “VANTAGENS E DIFICULDADES PARA A ATUAÇÃO DA FIOCRUZ COMO INSTITUIÇÃO ESTRATÉGICA DE ESTADO” após a descrição dos Objetivos Estratégicos.)

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO: Da linha 456 até a linha 463, inclusive, pelo seguinte texto:

“É missão da Fiocruz gerar e promover a implementação de soluções científicas e tecnológicas para os problemas de saúde pública do Brasil”.

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO: Substituir o enunciado da Visão, das linhas 513 até 515, pelo texto seguinte, que deve ser localizado imediatamente após a declaração da Missão:

“Ser reconhecido nacional e internacionalmente como órgão de excelência para a geração de soluções científicas e tecnológicas em saúde”.

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO: Da linha 467 até 504 inclusive, pelo seguinte texto, depois da declaração da Visão:

“a) Ser uma Instituição pública, estratégica e estatal, a serviço das necessidades da população brasileira.

b) A redução das iniquidades é o foco do seu planejamento estratégico.

c) A solidariedade com as emergências sanitárias no País e/ou no exterior.

d) A transparência das suas ações e dos resultados obtidos.

A Fiocruz se compromete com a total e contínua divulgação dos seus planos físico-orçamentários, assim como dos resultados alcançados. Sempre que possível, utilizará indicadores tendenciais e comparativos que facilitem o acompanhamento das suas atividades pela sociedade.

e) A Gestão Participativa, garantindo a participação da sociedade na construção e avaliação do seu Plano Estratégico.

f) O compromisso com as principais metas de transformação social do Estado Brasileiro.

A Fiocruz considera essencial o alinhamento das suas atividades e metas às necessidades reais, de médio e longo prazo, de desenvolvimento social e econômico da população, com redução das desigualdades sociais.

g) O compromisso com a sustentabilidade sócio-ambiental.

Pesquisas, serviços, atividades de capacitação e outras ações da Fiocruz devem ter como princípio norteador o desenvolvimento e disseminação de soluções que contribuam para a preservação e o desenvolvimento das populações e do ambiente.

h) A ética na pesquisa e na gestão.

Compromisso da Instituição com a ética no manejo de informações, na disseminação de resultados, na interação com pessoas e instituições, assim como nas pesquisas que utilizem animais de experimentação.

i) A capacidade de inovação.

Indispensável para o desenvolvimento social sustentável do País, como componente de um projeto nacional voltado para a resolução de demandas sociais, para a superação de desigualdades regionais e para a soberania nacional”.

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO: Da linha 517 até 803 inclusive, pelo seguinte texto,

(Observação: O texto cuja substituição é proposta é contraditório com o texto do PQ, aprovado no Coletivo de Dirigentes)

“OBJETIVOS INSTITUCIONAIS ESTRATÉGICOS

- Contribuir para a redução dos riscos à saúde, aos quais estão expostas as populações mais vulneráveis do país, incluindo as populações urbanas e rurais socialmente marginalizadas; populações indígenas e quilombolas; e as populações de fronteira.

O impacto do objetivo pode ser avaliado, no longo prazo, pela redução substantiva e sustentada dos atuais indicadores sanitários, descrevendo as inovações desenvolvidas pelas diversas unidades da Fiocruz nesta área.

Este objetivo pode ser subdividido de acordo com as características diferenciais das populações envolvidas, devendo integrar ações de pesquisas sócio-econômicas, epidemiológicas, clínicas e biológicas; de avaliação das tecnologias mais apropriadas; da análise e proposição de metodologias para incrementar o acesso das populações aos serviços de saúde; de educação e formação profissional; de assessoramento e cooperação técnica e de produção de insumos estratégicos especificamente destinados a prevenir, diagnosticar e/ou curar as principais patologias.

- Contribuir para o fortalecimento dos sistemas de saúde em países da África e América Latina, com prioridade ao UNASUR.
- Compreender interações biológicas, clínicas e sócio-ambientais que permitam desenvolver soluções eficazes para a prevenção e o controle de doenças transmitidas por vetores, com prioridade para a dengue, malária, leishmaniose e doença de Chagas.

Este objetivo estratégico poderia ser desdobrado em macroprojetos transversais. Um exemplo: o desenvolvimento e a produção de vacinas contra a dengue; Desenvolvimento Tecnológico de medicamentos eficazes contra doenças negligenciadas como a malária, leishmaniose, doença de Chagas e outras; Desenvolvimento Tecnológico de reagentes para diagnóstico; Avaliação dos paradigmas de intervenção do SUS para a prevenção e tratamento das doenças transmitidas por vetores etc.

- Contribuir com a redução da mortalidade materna, infantil e da adolescência.
- Compreender interações biológicas, clínicas e sócio-ambientais que permitam desenvolver soluções eficazes para a prevenção e o controle de doenças não transmissíveis, com particular referência àquelas originadas em causas externas e às patologias crônico-degenerativas.
- Contribuir com a redução do impacto das migrações e intervenções para o desenvolvimento sobre o ambiente e a saúde.
- Contribuir para a avaliação da incorporação de tecnologias para a promoção, prevenção e recuperação da saúde no SUS. Este objetivo permitirá a potencialização da diversidade cognitiva, temática e metodológica das Unidades da Fiocruz mediante a integração horizontal da sua capacidade de pesquisa (biológica, farmacológica, química, sócio-econômica, de gestão do SUS, clínica etc.) e de serviços (laboratoriais e assistenciais)”.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Propõe-se incluir o seguinte texto, a partir da linha 804 (Este texto substitui o texto excluído sob o numeral 4 “Oportunidades e ameaças”)

“VANTAGENS E DIFICULDADES PARA A ATUAÇÃO DA FIOCRUZ COMO INSTITUIÇÃO ESTRATÉGICA DE ESTADO”

a) A proposta constante do documento “Brasil 2022”, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, oferece uma clara diretriz política e estratégica e uma oportunidade

ímpar para o alinhamento da Fiocruz com os mais importantes desafios e metas do Estado Brasileiro para os próximos anos.

b) O programa “MAIS SAÚDE”, ao estabelecer prioridades estratégicas do Ministério da Saúde, induz também a Fiocruz a focalizar melhor seus programas e metas. Entretanto, a sua gestão independente da gestão do conjunto do PPA e a carência de recursos orçamentários adicionais reduzem a disponibilidade de recursos para as ações correntes, não priorizadas pelo Programa.

c) A ampliação geográfica da presença da Fiocruz permite encarar problemas regionais como principal vetor para a compreensão dos problemas de saúde e para a redução de iniquidades geográfico-ambientais. A maior competitividade por recursos humanos e financeiros haverá de exigir a integração em redes com organizações internas e externas existentes para maximizar as sinergias loco-regionais. A maior focalidade na compreensão e solução de problemas de âmbito local e regional também incrementará as possibilidades de captação de recursos financeiros nacionais adicionais.

Cabe a Fiocruz não apenas assumir as demandas do Ministério da Saúde, mas cumprindo sua função estratégica, problematizá-las. Em alguns casos neste processo, fica clara a importância da instalação física da Fundação devido ao baixo aparato local, necessário para o desenvolvimento das atividades propostas. Em outros centros, com maior capacidade instalada em instituições da própria esfera federal, o incremento de parcerias e a articulação de redes melhor colaborariam para o real desenvolvimento regional. Desta forma, os recursos que hoje estão sendo aplicados na constituição de toda a estrutura necessária a uma nova Unidade da Fiocruz seriam utilizados para alavancar estes parceiros locais.

Embora reconheçamos sua importância, tal movimento de expansão da Fiocruz não deve prescindir de uma clara definição a partir de um planejamento estratégico, pactuado de forma democrática com todas as Unidades e com a necessária transparência sobre os impactos orçamentários e estruturais para Fiocruz. O relatório da Plenária Extraordinária do V Congresso Interno traz em suas páginas 7 e 8 a seguinte deliberação sobre o tema:

“Regulamentação de outros tipos de vínculos excepcionais, tais como as” unidades especiais “e” unidades associadas ““.

A este último respeito, destaca-se a proposição 16.4.11 do Plano Quadrienal, aprovado na sessão plenária do V Congresso Interno: “Estabelecer normas e deliberar, no âmbito do CD Fiocruz, quanto à criação de unidades especiais e institutos associados, bem como para a incorporação à Fiocruz de instituições de pesquisa que desenvolvam atividades de interesse e coerentes com a missão institucional da Fiocruz, potencializando suas ações, ad referendum do Congresso Interno”.

Unidades Especiais

Considerando a necessidade de aprofundar as discussões sobre o tema das Unidades Especiais, a Plenária Extraordinária do V Congresso Interno remete ao Conselho Deliberativo a normalização

quanto à inserção deste tipo de Unidade na Fiocruz, antecedida de amplo debate e participação da comunidade Fiocruz, incluindo a realização de fóruns e discussões no âmbito de cada Unidade.

Institutos Associados

Tendo em vista a necessidade de aprofundar as discussões sobre o tema dos Institutos Associados, será realizada uma Plenária Extraordinária para deliberar exclusivamente sobre o assunto ““.

Como estatutariamente cabe ao Congresso Interno da Fiocruz a criação de novas Unidades, nosso VI Congresso terá a missão de aprovar a incorporação destas atuais “unidades especiais” ao quadro da Fundação como Unidades Técnico-Científicas.

d) A ampliação da força de trabalho da Fiocruz e a manutenção da tendência da última década de crescimento sustentado dos recursos financeiros permitirão um maior desenvolvimento das ações institucionais desde que seja superada a atomização das iniciativas e a conseqüente fragmentação estrutural e programática da organização. Esta estratégia é imprescindível para reverter a atual tendência ao incremento das despesas fixas que estão levando a uma alarmante dependência da captação de recursos extraordinários, reduzindo assim a capacidade institucional de definição autônoma de objetivos e metas estratégicas.

Com relação à força de trabalho, a Fiocruz conta com um quadro de servidores próximo aos 4 mil e quinhentos trabalhadores, integrado por mais de 900 doutores – pesquisadores, tecnologistas e analistas de gestão das mais diversas especialidades -, complementado com uma importantíssima força de trabalho captada através de outras formas de contratos. A isto soma-se a iminência de concurso público para cerca de 2 mil novos profissionais nos próximos dois anos.

Do ponto de vista orçamentário–financeiro, a Fiocruz conta com uma das maiores infraestruturas públicas de produção, pesquisa e desenvolvimento tecnológico no campo da saúde no País (e seguramente na América Latina), que inclui, além das mais diversas instalações, particularmente as do IOC, Centros Regionais, plantas de Bio e Far-Manguinhos, o novo complexo de desenvolvimento tecnológico e produção de kits do Instituto Carlos Chagas (ICC) em parceria com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP); o Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reativos para Diagnóstico (CIPBR) e o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), os dois últimos a inaugurar. Estes investimentos permitirão o desenvolvimento de projetos de impacto significativo para o complexo industrial produtivo da saúde no Brasil, cuja implementação será necessariamente de médio prazo. Para a plena consecução desses projetos, entretanto, deverão ser superados atuais entraves à gestão, notadamente a impossibilidade de estabelecer orçamentos e programações de execução financeira plurianuais; uma maior autonomia na contratação de trabalhadores; a pré-qualificação de fornecedores; entre outros. Estes entraves à gestão - que incidem muito significativamente nos projetos de desenvolvimento tecnológico e na produção de insumos e produtos - também afetam, em diversos graus, a maioria das ações institucionais.

e) Os recentes instrumentos legais assinados pelo presidente Lula dando maior autonomia às universidades (colocar Decretos) parecem atender grande parte destas limitações. É muito provável

que estas medidas já sejam consequência da mobilização da SBPC neste sentido. A Fiocruz deverá atuar de maneira firme e convincente junto ao Governo Federal e em parceria com outras instituições públicas, com destaque para a da área de ciência e tecnologia, para permitir analisar estas e outras soluções que melhor se abduquem ao seu perfil e missão institucional.

É desejável que haja uma reforma da gestão pública que, qualquer que seja, torne mais flexível a gestão institucional. Independente disso, a Fiocruz deve aperfeiçoar seu modelo de planejamento estratégico, mediante a contratação de resultados dentro de processos e metodologias harmonizadas e coletivamente acertadas, tanto em nível interno quanto no da negociação com o Ministério e outros eventuais parceiros.

f) As vantagens acima mencionadas devem ser adicionados importantes patrimônios institucionais da Fiocruz, dentre os quais são destacados, entre outros:

- a capacidade única de síntese entre os mais diversos serviços (assistenciais, laboratoriais, docência, produção) com as pesquisas clínicas, biológicas e sociais;
- a consolidação do programa institucional de gestão da qualidade e da excelência, inclusive com a aquisição do prêmio Gespública; e
- a extremamente favorável imagem social da Fiocruz.

g) Importante questão a ser enfrentada diz respeito aos recursos necessários para o adequado financiamento das ações de saúde no país e, por extensão, às atividades da própria Fiocruz. No Brasil, o gasto público nesta área em relação ao PIB está bem aquém do ideal. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que o patamar mínimo para países com sistema universalizado seja de 6%. Segundo manifesto conjunto divulgado em 2006 pelo CEBES, ABRASCO, ABRES, CONASEMS e ABONG, “na comparação internacional em relação ao PIB, nossos recursos públicos destinados à saúde significam 3,2%, correspondendo a patamares menores que os da Bolívia, Colômbia, África do Sul, Rússia, Venezuela, Uruguai, Argentina (5,12%), Cuba (6,25%), EEUU (6,2%), Japão, Inglaterra, Austrália, Portugal, Itália, Canadá, França, Alemanha (8,1%)”. Como forma de garantir mais recursos, não só para Fiocruz, mas para todo Sistema Único de Saúde, é essencial que o atual patamar brasileiro seja superado.

Uma das causas mais significativas deste baixo nível de financiamento está instrumentalizada através do mecanismo de desvinculação orçamentária com objetivos de realocação de recursos do fundo público que vem sendo utilizado pelo Governo Federal, denominado Desvinculação de Receitas da União (DRU). A Constituição Federal de 1988 entende a saúde como parte integrante da Seguridade Social e destinou uma série de contribuições sociais especificamente para seu financiamento, como é o caso Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). A DRU permite que o governo federal realoque livremente 20% de toda a arrecadação destes fundos, fundamentalmente para o financiamento dos juros da Dívida Pública.

h) Outra clara ameaça para o correto desempenho institucional da Fiocruz reside na baixa responsabilidade dos gestores pelo cumprimento das metas estabelecidas e baixa capacidade de gestão de projetos institucionais.

A Fiocruz ainda não possui uma efetiva prática de gerenciamento de projetos institucionais estratégicos, plurianuais, estruturantes, intersetoriais e que estariam no cerne do cumprimento de sua missão. O gerenciamento de projetos ainda se dá de forma extremamente autônoma, pouco profissionalizada e pulverizada nas suas diversas unidades. Predomina a lógica de que o gerenciamento de projetos pertence ao profissional que o coordena e que, por diversas vezes, capta o recurso extra-orçamentário. Diante esse quadro, é importante que na gerência de cada projeto deva estar inserida uma forte dimensão institucional, podendo obviamente ser delegada a coordenação a um pesquisador, mas o monitoramento e avaliação destes projetos têm que ter um caráter eminentemente público, direcionados à prestação de contas ao órgão ao qual a instituição está vinculada (Ministério da Saúde), bem como ao controle externo (Tribunal de Contas da União, Ministério Público e Controladoria Geral da União) e à sociedade (através, por exemplo, do Conselho Nacional de Saúde), não somente através da publicação de relatórios institucionais transparentes, mas também pela intensificação de mecanismos de interlocução com os diversos setores da sociedade a quem prestamos serviços de referência.

i) Todos os compromissos sobre os quais têm deliberado nossos Congressos tem que ser efetivados a contento pela direção institucional. Neste sentido, é fundamental efetivar a implementação do Conselho Superior, decisão do II Congresso Interno, que garantirá a maior participação social na definição das políticas institucionais, bem como no acompanhamento e cobrança do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos pela Fundação.

Outra deliberação a ser destacada diz respeito à criação da Fiotec, instrumento transitório e que já deveria ter sido extinta, mas que até hoje está no centro das discussões institucionais e é um dos argumentos apresentados para a necessidade de implementação de um novo modelo jurídico institucional. Ao invés de extingui-la, aumentamos em muito a dependência da Fiocruz aos seus mecanismos de privatização do dinheiro público e de divisão institucional através das complementações salariais, o que vem desviando vários servidores de suas atividades prioritárias, já remuneradas com o orçamento público. Até o momento, nenhum dos argumentos apresentados pelos diversos debatedores externos que contribuíram nos debates para este VI Congresso nos faz crer que as mudanças propostas no documento-guia levarão finalmente à sua extinção.

j) Mencionamos, por último, um conjunto de situações, de origem externa ou interna à Fiocruz, que também colocam em risco a implementação satisfatória do seu Plano estratégico. Entre elas, merecem destaque:

- A eventual redução da presença do Estado em função de novas correlações de forças pós-eleitorais.
- A não regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 29.

- A insuficiente integração político-estratégica da Fiocruz com as diversas unidades do MS, Conass e Conasems.
- A escassa avaliação das tecnologias utilizadas no País.
- Os problemas de garantia orçamentária e financeira plurianual para projetos de médio prazo”.

ANEXO

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO: A Assembléia de trabalhadores da EPSJV propõe a substituição de texto do anexo desde a linha 807 até a linha 966, inclusive, pelo texto a seguir:

“A estratégia de longo prazo para 2022, o Plano Estratégico e o modelo de gestão da Fiocruz

A elaboração de uma estratégia de longo prazo demanda a necessidade de articulação que deve abranger o conjunto das áreas de atuação da Fiocruz. Nessa perspectiva, sem dúvida a definição do modelo jurídico organizacional é especialmente relevante, uma vez que traz implicitamente - a partir da definição de sua tipologia - efeitos práticos imediatos, bem como de médio e longo prazo para o conjunto da Instituição e na definição dos seus objetivos para toda a sociedade.

Ainda que tais premissas tenham especial relevância, tal discussão vem sendo abordada tendo como foco a necessidade de construirmos um modelo jurídico organizacional que possibilite a gestão flexível de múltiplas atividades, que vão desde a produção de bens intangíveis passando pela realização de pesquisa fundamental nas fronteiras do conhecimento científico, pesquisa estratégica e avaliação e incorporação de tecnologias, até a produção de fármacos e imunobiológicos de alto impacto nas atividades econômicas. Entretanto, é necessário ter sempre presente que todas as atividades desenvolvidas pela Fiocruz devem ser presididas a partir de sua finalidade social, uma vez que esse é o objetivo principal que justifica a sua existência como uma instituição pública e estratégica de Estado na área de ciência e tecnologia em saúde no âmbito do SUS.

Ainda que esse tema, de extrema relevância para o melhor funcionamento do Estado, não seja novo, habitando as discussões estratégicas da Instituição desde os primeiros congressos internos, cabe destacar que ele se insere de forma mais nítida no âmbito das reformas na estrutura do Estado levadas a cabo com maior intensidade no período 1994-2002 e sobre as quais os trabalhadores da Fiocruz manifestaram-se com clareza em Congressos Internos prévios. Durante os últimos anos, a ação mais relevante sobre este assunto foi à formulação, a partir de uma comissão de juristas instituída pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), de um anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública que dá maior clareza às finalidades dos entes existentes no aparelho do Estado, sem, contudo, inovar em modelos, trazendo dentre outras importantes proposições a formulação do “contrato de autonomia”, que possibilitaria maior flexibilidade administrativa, gerencial e financeira para as Fundações Públicas e Autarquias que se submetam a este tipo de instrumento.

Não resta dúvida, portanto, que a discussão a respeito da maior ou menor flexibilidade de gestão no âmbito do Estado está referenciada no movimento de Reforma do Estado mais especificamente no

que se consensuou chamar de “reforma gerencial”, que tem influenciado no sentido de conferir às instituições da chamada administração indireta, que exercem atividades não exclusivas de Estado, maior flexibilidade de gestão, tendo como justificativa a necessidade de melhorar e agilizar a prestação de serviços oferecidos à sociedade. Isto se daria através substancialmente da mudança da lógica do controle das suas atividades, hoje realizado por meio da verificação passo a passo dos procedimentos administrativos e, a priori, pela lógica gerencial, onde o controle das atividades desenvolvidas pelas instituições do Estado seria realizado através da cobrança apenas dos resultados e a posteriori, tendo como parâmetro a assinatura de um contrato entre o “Ministério Supervisor” e a instituição executora, esperando-se com isso obter maior eficiência.

A questão subjacente que se coloca é: além dos resultados há de se controlar também o processo? Dificilmente podemos conceber que um bom resultado possa ser obtido através de um processo ruim. Logo, se os resultados são de fato relevantes para a sociedade, a questão principal parece estar mais relacionada ao aprimoramento dos processos do que simplesmente ao controle apenas dos resultados (Azevedo e Loureiro, 2003). Portanto, a suposta dicotomia existente entre estes dois modelos é apenas parcialmente verdadeira. Neste sentido, o que se coloca como viável não é um processo de ruptura de um modelo para outro, aproveitando as “janelas de oportunidades”, tendo como referência os modelos jurídicos institucionais existentes atualmente, mas sim quais são as flexibilidades que no atual modelo não só podem, como precisam ser aprimorados para que a Fiocruz possa melhorar seu desempenho nos serviços que vem prestando à sociedade.

A flexibilização do modelo burocrático requer a adoção e até a reinvenção de formas mais adequadas, ágeis e criativas que possibilitem a realização da boa governança democrática, o que não significa sua substituição. Neste sentido a plenária do VI Congresso Interno entende a necessidade de flexibilização como aperfeiçoamento e não como ruptura de modelo.

Há que ressaltar que preocupada com os desafios colocados pela realidade atual para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizou detalhado estudo com o objetivo de elaborar um diagnóstico do marco legal aplicável à área de C&T no Brasil, identificando os principais nós críticos e apresentando sugestões de aperfeiçoamento legislativo no âmbito do modelo jurídico institucional das instituições de C&T. Dentre os diversos aspectos julgados relevantes pela SBPC foram selecionados três temas como os mais urgentes a serem enfrentados:

- a) Regime jurídico de compras, contratação e parcerias;
- b) Acesso à biodiversidade; e
- c) Importação de insumos para a pesquisa.

Cabe ressaltar que a SBPC, tendo como universo a complexidade do sistema de C&T brasileiro, após exaustivo estudo e elaboração de diagnóstico, apresenta sugestões para aprimoramento do marco jurídico atual para todas as instituições de C&T, que em sua maioria são pertencentes à administração indireta como a Fiocruz, sem, contudo, sugerir outras tipologias jurídicas para estas instituições, acreditando que tais aperfeiçoamentos são suficientes para aprimorar, racionalizar,

melhorar a eficiência e a transparência das instituições públicas brasileiras, em especial as de Ciência e Tecnologia, como é o caso da Fiocruz.

Com relação ao regime de compras, contratação e parcerias, a SBPC identifica que os critérios vigentes apresentam excessiva rigidez no que diz respeito aos procedimentos que devem ser produzidos para a efetivação dos certames, o que acaba por produzir a demora natural do processo ao cumprir todas as exigências. A SBPC ressalta, no entanto, a existência de exceções que a lei geral de licitações dispõe a fim de possibilitar a contratação direta, que pode ser utilizada pelas instituições de C&T desde que sejam perfeitamente justificadas.

Para que haja segurança jurídica para os gestores públicos adotarem este procedimento deve-se aprimorar os mecanismos legais existentes, a fim de permitir que esta modalidade de contratação seja realizada com segurança e, ao mesmo tempo, permitir a realização do exercício do controle pelo Poder Legislativo através do TCU, que passaria a levar em consideração a especificidade da área.

Como medida concreta e imediata, a SBPC propõe ao Governo Federal a edição de uma Medida Provisória (MP), que venha a estabelecer a possibilidade de formulação de um regime especial de licitação e contratos para as instituições de C&T. Cabe lembrar que esse é um dos principais instrumentos permitidos atualmente às Empresas Públicas e que conferiria a elas maior flexibilidade de gestão. Uma vez acatada a proposição da SBPC, este instrumento poderia ser estendido para instituições como a Fiocruz.

Tomando como exemplo as propostas elaboradas pela SBPC, entendemos que os esforços institucionais no VI Congresso Interno da Fiocruz devem se concentrar na formulação/apreciação/deliberação de propostas que possibilitem a atualização e o aprimoramento do modelo jurídico institucional atual, para superação de entraves também em outras áreas já identificadas como críticas, como a gestão de recursos humanos, gestão de tecnologias, propriedade intelectual e industrial, importação de insumos para pesquisa, entre outras que podem e devem ser identificadas, sempre tendo como norteadores os princípios constitucionais da administração pública.

A opção por esse caminho nos parece mais apropriado, uma vez que - identificados os problemas - propõe medidas concretas para sua superação, estabelecendo uma relação direta e transparente entre o Estado e a sociedade, ao invés de buscar oportunidades já existentes entre os modelos jurídicos atuais que demandam adaptações a outras realidades que podem descaracterizar a maioria das atividades desenvolvidas pela Fiocruz e, por consequência, levar à descaracterização dos seus objetivos historicamente construídos, tornando essa transição especialmente custosa para o conjunto da instituição e para toda a população brasileira, uma vez que nos remeteria a um ambiente de incertezas e de altíssimo risco de sustentabilidade institucional a médio prazo.

O atual modelo jurídico-institucional condiciona necessidades e entraves comuns a quase todos os grandes grupos de atividades da Fiocruz. Sobre essas necessidades e entraves, não há consenso na

instituição, o que torna necessário explicitar as análises divergentes existentes sobre os mesmos, dentre elas:”

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 971:

“O atrelamento a elementos de despesa aplica-se exclusivamente à troca entre capital e custeio. Não há, de fato, “excedente financeiro” para as ações do PPA, exceto quando a previsão de receitas próprias fica abaixo do efetivamente realizado. Esta limitação pode ser facilmente superada, no modelo atual, mediante uma melhor previsão de receitas e um acerto normativo com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do Ministério da Saúde e o MPOG. Observação: O Decreto nº 7233 de 19/07 autoriza as Universidades a utilizar excedentes financeiros obtidos, por exemplo, de receitas próprias não previstas.”

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 974:

A necessidade de formação de capital de giro aplica-se, quase que exclusivamente, às atividades contínuas de produção. Não é muito difícil negociar excedentes para capital de giro e capital de reserva para depreciação e investimento nos contratos de gestão da produção com o MS.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 976:

Existe esta restrição. Não está claro como um novo modelo de gestão poderia superar as principais limitações atuais, centradas na proibição de oferecer patrimônio público como garantia financeira. Tampouco fica claro como uma nova empresa, de caráter social, poderia se comprometer com dívidas financeiras a médio ou longo prazo, asseguradas por comprometimentos orçamentários do Ministério da Saúde plurianuais. Aliás, também não entendemos como apenas pela mudança de modelo de gestão, a Fiocruz conseguiria assumir contratos de risco financeiro.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 978

Qualquer que seja o modelo de gestão, a instituição não pode fugir de um plano orçamentário anual prévio.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 987:

A plenária do VI Congresso Interno contesta uma série de supostos entraves que pareceriam promover a livre negociação das condições trabalhistas entre o empregador e os trabalhadores, lógica da esfera privada não aplicável aos trabalhadores do Estado.

Por outra parte, considera que a Fiocruz não tem problemas significativos para a retenção de pessoal.

A impossibilidade de contratação de cargos pelo regime celetista poderia vir a ser uma limitante, particularmente orçamentária, pelo elevado custo da intermediação por empresas. Não podemos esquecer, porém, que a Lei prevê a contratação de força de trabalho temporária, com salários livremente fixados.

A regulação de salários e a necessidade de criação de cargos por lei constituem requisitos naturais e óbvios na gestão pública (e também nas empresas, com exceção de cargos executivos de salários desproporcionados, que não acreditamos serem necessários na Fiocruz).

Por outro lado, consideramos que os salários da Fiocruz, hoje, após anos de intensa mobilização de nosso Sindicato e da Comunidade Fiocruz, sejam bastante competitivos tanto com o mercado público quanto com o privado, particularmente após o estabelecimento do plano de carreira próprio e a criação recente dos cargos de “especialistas”.

Também consideramos que não há carência de ferramentas de gestão de pessoal na Fiocruz

Quanto à gestão de benefícios, não são comparativamente muito inferiores aos do setor privado ou das entidades públicas, empresas ou não. A possibilidade de extinção da modalidade de autogestão dos planos de saúde afetaria por igual qualquer modelo de gestão.

Neste ponto, vale ressaltar que este debate não é novo e já foi enfrentado anteriormente pela Comunidade da Fiocruz, no âmbito da definição das carreiras de Estado inserida na “Reforma Bresser”, ainda no governo FHC, quando se propôs a flexibilização deste conceito. Esta proposta de Reforma se sustentava basicamente na avaliação de que há uma ineficiência inerente ao modelo jurídico e de gestão do sistema público. De fato, as soluções propostas por ele significaram privatizações na leitura de muitos estudiosos da questão, fundamentalmente através da gestão de serviços públicos através das Organizações Sociais (OS). Naquele momento, ao invés de serem aperfeiçoados os mecanismos de gestão existentes, foram transferidas responsabilidades, inerentes ao Estado, ao setor privado (com o status jurídico de OS, mas que segue a lógica privada em seus mecanismos internos de captação e gerência dos recursos públicos).

Se considerarmos que as políticas sociais (saúde, previdência, assistência social e educação) devam ser exercidas fundamentalmente por carreiras de Estado e que estas devam estar protegidas, no modelo de contratação de pessoal, pela estabilidade vigente no RJU, de mecanismos persecutórios (evitando que divergências políticas tornem-se “justa causa” à demissão de um profissional), o puro e simples Regime CLT tornaria mais vulneráveis os mecanismos existentes.

O debate em torno da necessidade de aperfeiçoamento dos processos de avaliação de desempenho (institucional e individual) ajuda a dar conta de eventuais imperfeições no desempenho profissional, no sentido de que não serão divergências políticas e/ou pessoais o foco da avaliação realizada, mas sim os compromissos pessoais e institucionais com princípios e valores considerados fundamentais ao exercício do profissional de carreira de Estado: impessoalidade, transparência/publicidade, ética e prestação de contas às instâncias controladoras e à sociedade.

Os instrumentos existentes para este tipo de avaliação na Fiocruz estão, em grande parte, obsoletos, são inspirados em avaliações burocráticas e com elevado grau de autonomia das instâncias avaliadoras nas unidades, que implementam, de forma altamente diferenciada, estas avaliações.

Enfim, a mudança do modelo jurídico não é condição sine qua non para o aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos institucionais de avaliação de desempenho.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 992:

No que tange à estes três aspectos, a Plenária do VI Congresso Interno considera que A Fiocruz deveria se associar politicamente à SBPC e fortalecer a proposta, somando todo o seu prestígio e peso político. Por outra parte, a Fiocruz deve aperfeiçoar o seu modelo introduzindo a Medida Provisória 495, editada em 19 de julho de 2010, que altera a Lei 8666 e outros instrumentos vinculados. Ao mesmo tempo entender que se não resolvem a totalidade das questões levantadas, demonstram, por outro lado, ser possível intervir dentro do âmbito da regulação administrativa para as organizações estatais.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 998:

Sem considerar as despesas com pessoal, a Fiocruz duplicou a sua receita de capital e custeio no período 2004 – 2009, indo de R\$ 750 milhões para cerca de R\$ 1,5 bilhão. Este aumento é muito considerável, qualquer que seja o modelo de gestão. Pelo contrário, imaginamos que qualquer tipo de negociação por contrato de resultados será, possivelmente, bem mais difícil.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 999

A participação ativa da Fiocruz, em conjunto com a SBPC permitirá encontrar e advogar por medidas de cunho administrativo que resolvam este entrave.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 1002:

A Fiocruz teve um aumento próximo a 100% em valores correntes. O que tem acontecido, como é de praxe em qualquer tipo de organização, é a negociação orçamentária anual, durante a qual sempre há cortes ao orçamento solicitado. Prática mais cultural que científica, esta negociação deveria ser objeto de amplas melhorias tanto em nível interno da Fiocruz, que apesar dos grandes avanços nos últimos anos ainda há um longo caminho a percorrer na construção orçamentária, quanto no próprio MS.

Neste sentido, a plenária do VI Congresso Interno considera fundamental fortalecer práticas solidárias, coletivas e profissionais, de negociação na Fiocruz, assim como, defender perante o MS, práticas solidárias, coletivas e profissionais entre as instituições públicas

PROPOSTA DE SUPRESSÃO: Da linha 1002, já que não é decorrente de modelos de gestão.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 1008:

A construção de infraestrutura própria para o desenvolvimento de tecnologias em saúde pela Fiocruz durante os últimos anos seguramente superou a de muitas organizações públicas (e mesmo privadas) do país e do mundo. Basta citar os centros de produção de antígenos virais e bacterianos, em Biomanguinhos; a compra da fábrica da Glaxo Smith Kline para a dinamização de Farmanguinhos; a construção ou reforma de vários prédios do IOC, com destaque para os Pavilhões Leônidas Deane e Helio e Peggy Pereira (HPP); o novo prédio do CESTEJ; o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS); o Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos (CIPBR); a planta de produção de kits diagnósticos (em parceria com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP)); a nova sede da Fiocruz em Brasília e, em pauta para o desenvolvimento próximo, os novos prédios para o IPEC e o Instituto René Rachou em Minas Gerais e as novas sedes da Fiocruz em Campo Grande (MS), Porto Velho (RO), Fortaleza (CE) e Teresina (PI).

A plenária do VI Congresso Interno considera que, neste aspecto, a Fiocruz deve também utilizar infraestruturas disponíveis nas universidades públicas ou através da promoção de parcerias com outras organizações públicas, porque não há limitações legais para este tipo de iniciativa.

PROPOSTA DE INCLUSÃO: Linha 1011:

A este respeito, a plenária do VI Congresso Interno propõe que sejam utilizados instrumentos legais (já existentes) para impedir o elevado número de profissionais da Fiocruz que solicitam aposentadoria pouco tempo depois de finalizar seus cursos de pós-graduação.

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO da linha 1029 até o fim do documento:

A Plenária do VI Congresso Interno da Fiocruz considera que a instituição deve manter o atual regime jurídico – legal, envidando todos os esforços necessários para o permanente aperfeiçoamento dos seus instrumentos e mecanismos de gestão.